

O estatuto epistemológico da linguística textual em três manuais de linguística brasileiros

The epistemological status of text linguistics in three brazilian linguistics handbooks

Mateus Parducci Soares de Lima¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

RESUMO

Este artigo analisa como três capítulos de manuais brasileiros – Bentes (2000), Oliveira (2008) e Tatit (2002) – apresentam a Linguística Textual (LT), considerando seu perfil epistemológico heterogêneo. Com base em Pinheiro *et al.* (2025), parte-se da premissa de que a LT abriga múltiplos quadros teóricos, nem sempre compatíveis. Identifica-se que Bentes e Oliveira adotam concepções “integradoras” de texto, articulando referenciais distintos sem recuperar os limites entre seus corpos de conhecimento, o que resulta na naturalização do objeto texto e em hierarquizações implícitas. Tatit localiza a exposição na Semiótica greimasiana, conferindo coerência teórica, mas silenciando a diversidade do campo. Os três capítulos, portanto, não captam integralmente a complexidade da LT, o que pode comprometer sua apropriação crítica pelo alunado. Defende-se a necessidade de revisitar a apresentação da LT nos manuais, respeitando sua heterogeneidade e preservando a fidelidade epistemológica.

PALAVRAS-CHAVE:

Linguística Textual. Texto. Epistemologia. Manual. Formação teórica.

ABSTRACT

This article analyzes how three chapters from Brazilian linguistics handbooks – Bentes (2000), Oliveira (2008), and Tatit (2002) – present Text Linguistics (TL), considering its heterogeneous epistemological profile. Based on Pinheiro *et al.* (2025), it assumes that TL encompasses multiple theoretical frameworks, not always compatible. Bentes and Oliveira adopt “integrative” conceptions of text, combining different frameworks without recovering the limits between their knowledge corpora, which leads to a naturalization of the object text and implicit conceptual hierarchies. Tatit, in turn, anchors his exposition in Greimassian Semiotics, ensuring coherence but silencing the field’s diversity. The three chapters, therefore, do not fully reflect TL’s complexity, which may affect students’ critical understanding. The article argues for revisiting how TL is presented in handbooks, in order to respect its theoretical heterogeneity and safeguard epistemological fidelity.

KEYWORDS:

Text Linguistics. Text. Epistemology. Handbook. Theoretical training.

Recebido em: 1º ago. 2025

Aceito em: 16 out. 2025

¹ E-mail: matt.sp2000@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9662-2493>.

1. Introdução

A Linguística Textual (LT) cumpre seu papel como eixo temático e objeto de ensino na formação do(a)s estudantes de letras e de linguística no Brasil. Por isso, a LT tende a marcar presença recorrente nos manuais de linguística brasileiros, materiais de caráter propedêutico que se propõem a introduzir, sobretudo aos graduandos, as informações básicas sobre os principais temas dessa ciência da linguagem.

Sob o selo da LT se coloca um sem-número de quadros teóricos, cada um com uma estrutura conceitual e uma heurística próprias, que podem ou não conservar semelhanças entre si, mas que são distintos o bastante para revelar que esse campo aporta uma configuração epistemológica complexa. Ao tratar da diversidade teórica em torno do objeto de estudo desse campo, Pinheiro *et al.* (2025) demonstram que, por mais que os quadros teóricos que se colocam na LT mobilizem o mesmo termo “texto” para designar seus fenômenos focos de pesquisa, eles não estão falando de uma única e mesma entidade. Isso conduz a uma realidade em que há heterogêneos saberes gerados a partir de distintos objetos “texto”, todos eles cobertos pelo nome LT. Essa pluralidade das matrizes de conhecimento teórico é argumento para sinalizar à complexidade epistemológica como uma característica a priori da LT tal como se manifesta nos dias de hoje. Neste artigo, interesse-me pelo modo como uma amostra de três capítulos de manuais de linguística dá conta dessa propriedade da LT. Proponho-me, portanto, a sistematizar o tratamento dado à LT por esses materiais, levando em consideração a natureza complexa do status epistemológico desse campo.

O empreendimento no qual engajo demanda uma tomada de postura frente à LT e ao objeto texto em torno do qual se organiza. Em função disso, na primeira seção, tomo a discussão conduzida por Pinheiro *et al.* (2025) para defender que a LT pode ser encarada, na atual conjuntura dos estudos linguísticos, como uma área de especialidade. Na segunda seção, faço recurso a esse posicionamento para guiar uma incursão em três capítulos de manuais de linguística (Bentes, 2000; Oliveira, 2008; Tatit, 2002), escolhidos em razão de sua ampla difusão no ambiente acadêmico. O produto dessa incursão é uma sistematização da abordagem desses capítulos à complexidade epistemológica da LT. Na seção de conclusões, discuto os alcances e os limites da formação teórica acessada pelo(a) estudante via manuais.

2. A LT como área de especialidade

Em *O problema da diversidade teórica em torno do texto*, Pinheiro *et al.* (2025) objetivam apresentar um ângulo de discussão específico acerca do objeto de estudo da LT, um ângulo diferente daquele assumido por alguns dos trabalhos que se propõem a contar a história desse campo.

Alguns trabalhos, tais como o de Bernárdez (1982) e Koch (2004), por exemplo, que se propõem a estabelecer panoramas, históricos e/ou epistemológicos, desse campo, mostram que os contornos desse objeto são bastante amplos e compreendem fenômenos diversos, que vão desde estruturas linguísticas a aspectos de natureza social e cognitiva. Os panoramas evidenciam diferentes abordagens, escolas e tendências que, de uma forma ou de outra, procuram dar conta do funcionamento de um fenômeno de linguagem chamado texto. Entendemos que essa maneira de abordar as diferentes abordagens textuais pode conduzir ao pensamento de que há um objeto natural, dado a priori, complexo e multifacetado, que pode ser conceituado de formas diversas e, por vezes, evolutiva (Pinheiro *et al.*, 2025, p. 51).

Uma das consequências de encarar texto como um dado natural, para Pinheiro *et al.* (2025), é reconhecer no percurso histórico-epistemológico do campo da LT uma sucessão relativamente linear de noções de texto, de modo que a emergência de um conceito pode incorrer na neutralização do outro. Isso se materializa linguisticamente no recurso a expressões como “era”, “deixam de ser vistos”, “passando a ser”. Expressões como essas, uma vez usadas para contar a história de uma disciplina, sugerem uma trajetória progressiva e sequencial, em que uma noção de texto perde sua validade, torna-se obsoleta e dá lugar a outra.

Esse raciocínio subjaz, por exemplo, à afirmação, bastante difundida sobretudo no Brasil, de que o texto deixou de ser concebido sob uma base meramente gramatical, como frase complexa, para ser concebido sob uma perspectiva sociocognitivista, como lugar de interação (Koch, 2004). Em outras palavras, isso implica pensar que a noção de texto como fenômeno gramatical deu lugar à noção de texto como interação, ou seja, uma noção apaga a outra ou diferentes noções podem se imbricar. Desse raciocínio, surge a ideia de uma trajetória da linguística textual, como propõe Koch (2004), em que se distribuem etapas de um processo de evolução: ‘o texto *era* então concebido como uma frase complexa’ (Koch, 2004, p. 3, grifo nosso), ‘os textos *deixam de ser vistos* como produtos acabados [...], *passando a ser* considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa’ (Koch, 2004, p. 14, grifos nossos) (Pinheiro *et al.*, 2025, p. 51).

No esforço de introduzir uma abordagem alternativa para encarar o objeto de estudo da LT, Pinheiro *et al.* (2025) defendem que texto não é um objeto existente a priori para o qual haveria diferentes propostas explicativas, mas um termo utilizado para nomear conceitos distintos

e coexistentes, concebidos a partir de pontos de vista também distintos, os quais podem ou não ter sido empregados num mesmo recorte empírico.

Para sustentar essa posição, recorrem à distinção entre objetos observacionais e objetos teóricos tal qual proposta por Borges Neto (2004). O objeto observacional representa um conjunto de fenômenos observáveis, uma região que uma determinada teoria privilegia. Após reconhecer entidades básicas, atribuí-las propriedades e relacioná-las entre si, a teoria opera um forjamento de natureza teórica, de modo que transforma o objeto observacional em objeto teórico. As diferentes teorias, segundo Borges Neto (2004, p. 37), “podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo, bastando para isso reconhecer entidades básicas, predicados e relações diferentes no objeto observacional”. A distinção proposta pelo autor é um modo de explicar o processo pelo qual as ciências realizam recortes parciais da diversidade presente no mundo, tal como ele se manifesta empiricamente, para transformá-la em algo passível de explicação.

Adotar o ponto de vista de Borges Neto (2004) implica reconhecer que os termos com os quais lidamos nos estudos linguísticos (“língua”, “linguagem”, “gramática”, “enunciação”, “argumentação”, “discurso”, “texto”) não representam os fenômenos languageiros per se, mas batizam os objetos teóricos forjados pelas diferentes teorias. Às vezes, teorias diferentes (ou um mesmo autor) usam um mesmo termo para designar objetos teóricos diferentes. Longe de ser inédita, essa postura frente à terminologia já é assumida por Ferdinand de Saussure, como se pode atestar em seu *Écrits de Linguistique Générale*: “[...] não há nenhum termo definível e válido fora de um ponto de vista preciso, como consequência da ausência total de seres linguísticos dados em si mesmos” (Saussure, 2004 [2002], p. 75).

Ancorados em Borges Neto (2004) e, portanto, alinhados à Saussure (2004 [2002]), Pinheiro *et al.* (2025) mobilizam as noções de objeto observacional e de objeto teórico no exame de quatro trabalhos fundadores: *Cohesion in English*, de Michael A. K. Halliday e Ruqaiya Hasan; *Introduction to text linguistics*, de Robert-Alain Beaugrande e Wolfgang U. Dressler; *Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*, de Eugenio Coseriu; e *A perspectiva textual-interativa*, de Clélia C. A. S. Jubran. A tabela 1 sintetiza o resultado a que os autores chegaram a partir de sua análise.

Tabela 1 – Esquema sinóptico de concepções de texto

Autore(a)s	Dado observável	Objeto teórico (O que é texto)	Problemática
<i>Halliday & Hasan</i>	Falantes/leitores são capazes de identificar uma sequência linguística como um todo unificado, logo existe esse fato no uso da linguagem: conjunto de sequências que compõem uma unidade	Unidade de uso da linguagem; uma unidade básica de significado	Determinação das condições de coesão e a especificação do registro, que garantem a unidade do texto
<i>Beaugrande & Dressler</i>	Dados de uso da linguagem, em diferentes situações comunicativas, que compartilham semelhanças e apresentam diferenças	Acontecimento comunicativo	Explicação da comunicação textual com base em sete normas e em três princípios regulativos
<i>Coseriu</i>	O ato linguístico realizado por um indivíduo determinado, em certas circunstâncias, também determinadas	Ato linguístico individual, um dos três níveis da linguagem	Interpretação do sentido através da identificação dos procedimentos que cada texto possui, de forma única e particular
	Uma língua apresenta níveis diferentes de estruturação	Um nível de estruturação de uma língua, que compõe sua gramática	Identificação e descrição do que funciona sistematicamente em uma língua para a estruturação do texto, as oposições regulares e as relações sintagmáticas
<i>Jubran</i>	Atividade linguística em uma amostra de fala	Unidade sociocomunicativa globalizadora	Verificação da funcionalidade de processos de construção textual, respeitado o princípio de projeção conjugada das funções textual e interacional

Fonte: Pinheiro *et al.* (2025, p. 63).

Tal como retomado na Tabela 1, cada um dos trabalhos fundadores (representados pelo nome do(a)s seus autore(a)s na primeira coluna) loteia um dado observacional (segunda coluna) específico, a partir do qual forja um objeto teórico (terceira coluna) próprio, todos nomeados de texto e para os quais designam problemáticas de pesquisa (quarta coluna) específicas. Se esses trabalhos fundadores delineiam quadros teóricos com configurações tão distintas entre si, o que exatamente os une abaixo do rótulo da LT? No vácuo dessa questão, vem outra: qual é o estatuto da LT no desenho maior da Linguística, isto é, o que é a LT, afinal? Por um lado, não pretendo – e

nem conseguiria, tendo em vista o escopo deste artigo – dar uma resposta definitiva a essa pergunta. Por outro lado, as tentativas recorrentes de circunscrever o estatuto da LT presentes nos trabalhos acadêmicos desse campo podem servir como subsídio para ensaiar uma resposta parcial.

- (i) Embora frequentemente se diga que *a Linguística Textual ou Teoria do Texto* é um ramo recente da Linguística [...] (Koch, 2002, p. 67 grifos nossos);
- (ii) Para ele [Jean-Michel Adam], *a linguística textual é uma teoria* da produção co(n)textual de sentido que analisa os processos que regem a textualização em situação (Silva, 2014, p. 26 grifos nossos);
- (iii) Com o avanço das pesquisas, *a Linguística Textual é uma teoria* que não se limita apenas a análise de textos escritos, mas que também analisa as multimodalidades, como as imagens, as cores, os gestos, que são essenciais para a compreensão do texto (Silva e Dantas, 2021, p. 1782 grifos nossos);

Mesmo que o(a)s autore(a)s em (i), (ii) e (iii) tenham sido arbitrários no uso de “teoria” por não se comprometerem efetivamente a delimitar o estatuto da LT e que não há um consenso no meio acadêmico sobre o que é uma teoria, sabe-se que esse termo é recorrentemente utilizado para designar uma estrutura conceitual que segue um princípio norteador específico para gerar explicações científicas sobre um fenômeno da realidade. A Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) tal qual formulada por Halliday (1994) é, nesses parâmetros, uma teoria: trata-se de um modelo explicativo para o funcionamento da língua que segue o princípio geral de que as estruturas das línguas estão relacionadas com as funções que essas estruturas desempenham nas interações comunicativas. Todos os conceitos forjados no interior da GSF são atinentes a esse princípio. Reconheço que a LT não está no mesmo paradigma que a GSF simplesmente porque não constitui um dispositivo homogêneo de construção científica acerca de um fenômeno linguístico específico. Já que, como ilustra a Tabela 1, os diferentes conceitos de texto foram forjados a partir de dados observáveis distintos, é lícito constatar os estudos que se agrupam abaixo da LT não necessariamente seguem os mesmos princípios norteadores. Esse raciocínio permite desenhar o seguinte cenário: todo(a)s o(a)s linguistas que assumem a GSF como fundação teórica tendem a dar explicações convergentes para o regime da organização da língua, mas nem todo(a)s o(a)s linguistas que se colocam sob a égide da LT oferecem as mesmas explicações para o fenômeno sobre o qual se debruçam, afinal, tanto podem estar recorrendo a estruturas conceituais distintas para fazê-lo quanto podem sequer estar olhando para o mesmo dado observável.

- (iv) O que se pode facilmente verificar é que, desde seu aparecimento até hoje, a Linguística Textual percorreu um longo caminho e vem aliando e modificando a cada passo o seu espectro de preocupações. *De uma disciplina* de inclinação

primeiramente gramatical (análise transfrástica, gramáticas textuais), depois pragmático-discursiva, ela transformou-se em *disciplina* com forte tendência sociocognitivista: as questões que ela se coloca, em nossos dias, são relacionadas como o processamento sociocognitivo de textos escritos e falados (Koch, 2003, p. 86, grifos nossos);

(v) De fato, *a Linguística Textual é, hoje, uma disciplina* já firmada no Brasil, com um percurso já considerável e com muitos seguidores (Marcuschi, 1983, p. 7 grifos nossos);

(vi) *A Linguística Textual é uma disciplina* relativamente nova, que surge na Europa na década de 1960, tendo como objeto de estudo o texto, a partir de uma abordagem transfrástica (Feltes, 2011, p. 2, grifos nossos).

Igualmente, o termo “disciplina” tal como cunhado em (iv), (v) e (vi) não acompanha um conjunto fixo de traços definidores. Em Maingueneau (2015), no entanto, há uma tentativa de delimitá-los a fim de acomodar a prática de estudos que se convencionou chamar de Análise do Discurso (AD).

A existência de disciplinas está ligada ao fato de que a pesquisa é uma atividade arraigadamente cooperativa que – para além dessa ou daquela corrente ou escola – exige espaços sociais de partilha dos produtos científicos, das comunidades de pesquisadores (que não têm, aliás, o mesmo funcionamento nas ciências exatas e nas ciências humanas e sociais) (Maingueneau, 2015, p. 46).

Se se segue o critério de “atividade arraigadamente cooperativa” poder-se-ia argumentar que a LT, tal como espaço de legitimação coletiva de saberes, é uma disciplina. Contudo, Maingueneau (2015) adiciona outros critérios para o reconhecimento de uma disciplina.

As comunidades de pesquisadores de uma mesma disciplina se interessam pelas mesmas problemáticas, trocam informações, participam de maneira privilegiada dos mesmos grupos (redes, listas de divulgação, colóquios, jornadas de estudos, bancas de teses) e constam nas mesmas redes de referências bibliográficas (Maingueneau, 2015, p. 46).

Se se segue esses critérios, a LT não atende – pelo menos não integralmente – às condições para ser reconhecida como uma disciplina. Tal como retomado na Tabela 1, as problemáticas formalizadas por esse conjunto de trabalhos fundadores não são as mesmas e não necessariamente se entrecruzam, mesmo aquelas pensadas pelo mesmo teórico, como se pode atestar pelas duas problemáticas preconizadas por Coseriu. Ainda que se reconheça alguma coesão entre a prática acadêmico-científica de uma comunidade geograficamente situada, a qual configuraria, por exemplo, uma “LT brasileira”, não se pode assumir que todo(a)s o(a)s pesquisadore(a)s que a compõem fazem parte de uma mesma disciplina, haja vista a dificuldade

em sustentar a afirmação de que todo(a)s ele(a)s se organizam nos mesmos grupos ou que todo(a)s ele(a)s fazem remissão a uma rede relativamente homogênea de bibliografias.

Parece, portanto, que o estatuto epistemológico da LT não se permite definir como teoria ou como uma disciplina, pelo menos não com as definições usadas aqui. Com a intenção de melhor acomodar a LT sob um selo, uma vez ancorado em Pinheiro *et al.* (2025), sugiro reconhecê-la – mesmo que provisoriamente, para os fins deste artigo – como uma área de especialidade, o resultado de um percurso histórico que convencionou reunir abaixo de um mesmo teto vários objetos teóricos de naturezas distintas, todos batizados de “texto” e criados a partir de objetos observacionais que podem ou não compartilhar semelhanças entre si. Nessa visada de LT, há a consciência de que há outros fatores, inclusive de natureza político-institucional, que interligam os diferentes quadros teóricos que chamamos de estudos textuais.

Por um lado, esses outros fatores (difícilmente recuperáveis em sua integralidade) atuam para manter diferentes propostas abrigadas num mesmo espaço, isto é, são eles que fazem com que as diferentes propostas de texto retomadas na Tabela 1 ocupem o mesmo “lugar”. Por outro lado, a coexistência dessas propostas num mesmo território não implica a facilidade imediata em aproximar as suas estruturas conceituais. Incorporar qualquer uma das sete normas de textualidade de Beaugrande e Dressler (1997 [1981]) na gramática de texto coseriana seria importar um conjunto de construtos objetos teóricos de uma estrutura conceitual fonte para uma estrutura conceitual alvo que não está preparada para acomodá-la. A respeito disso, compartilho do posicionamento de Borges Neto (1989), segundo o qual a compatibilização (aproximação, articulação) de teorias linguísticas deve atentar para a possível incompatibilidade dos pontos de vista subjacentes aos conceitos.

A proposta de área de especialidade acolhe a natureza heteróclita que caracteriza a LT ao mesmo tempo que conserva o caráter autônomo dos quadros teóricos que historicamente se filiam a esse campo e, por isso, é a lente com a qual pretendo perspectivar o tratamento que os manuais de linguística dão à complexidade da LT. Isso não significa que pretendo encontrar no conteúdo dos manuais a proposta que acabo de delinear. O meu objetivo é usá-la pelo ângulo de discussão proposto por Pinheiro *et al.* (2025), na intenção abordar os conhecimentos autorizados, em minha leitura, por cada um dos manuais e, a partir disso, avaliar se eles condizem com o perfil epistemológico que desenho para a LT: denso na multiplicidade de enfoques e teoricamente diverso.

Para dar conta dessa tarefa, analiso três capítulos de manuais de linguística brasileiros que assumem a LT e a noção de texto como objetos de ensino: *Linguística textual* (Bentes, 2000), *Linguística textual* (Oliveira, 2008) e *Abordagem do texto* (Tatit, 2002). Esses capítulos foram escolhidos com base na sua circulação, sobretudo, no âmbito do ensino de Linguística, como materiais de consulta a nível de graduação, na formação inicial do(a)s estudantes.

3. O estatuto epistemológico da LT em três capítulos de manuais de linguística brasileiros

Nesta seção, amparado pela proposta de LT como área de especialidade, realizo uma incursão no conteúdo de cada capítulo a fim de delinear o que interpreto como o conjunto de conhecimentos validado por Bentes (2000), Oliveira (2008) e Tatit (2002), respectivamente.

3.1. *Linguística textual* (Bentes, 2000)

Bentes (2000) organiza a apresentação da LT em quatro seções. Na primeira, intitulada *um breve percurso histórico*, a autora conduz uma organização de caráter histórico-epistemológico dos estudos textuais de vertente anglo-saxã, de modo a agrupá-los em três fases: a da análise transfrástica, caracterizada por definições de texto como a de Harweg, segundo o qual texto é uma sequência pronominal ininterrupta e cujo foco de investigação recai sobre “fenômenos que não conseguiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitadas ao nível da frase” (Bentes, 2000, p. 263); a da gramática textual, que filia estudos realizados por autores como Michel Charolles, Wolfgang U. Dressler, Teun A. van Dijk, Ewald Lang, János S. Petöfi à concepção de texto como “unidade linguística mais elevada” (Bentes, 2000, p. 265) e cujo interesse de investigação recai sobre o conhecimento inato de um falante sobre o que é um texto; e a da teoria do texto, que aloca abaixo de um mesmo teto aqueles estudos que reconhecem texto como processo e dele procuram extrair as condições de realização tanto estruturais quanto pragmáticas.

Nessa seção, o modo como Bentes (2000) apresenta cada uma das fases implica que elas se dispõem numa ordem sucessiva, de forma que o encerramento de uma é a abertura da próxima. Uma vez que os estudos de fenômenos transfrásticos da primeira fase começam a recorrer ao conhecimento intuitivo dos falantes para explicá-los e não apenas à relação superficial entre as estruturas linguísticas, o foco de pesquisa desloca-se para esse conhecimento inato, mudança que implica no empreendimento de construção de gramáticas do texto (a descrição do

conhecimento textual internalizado do falante), tarefa que caracteriza a segunda fase. A autora conta que essa iniciativa não se mostrou produtiva na mesma medida em que se mostrou ambiciosa, dando a entender que o projeto de criação de gramáticas textuais é, em algum ponto, abandonado. Em função disso, há, novamente, um deslocamento de foco: passa-se à terceira fase, à elaboração de uma teoria do texto cuja proposta é investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

Apesar das ressalvas que Bentes (2000, p. 262) conduz em “podemos afirmar não houve um desenvolvimento homogêneo”; em “Não há consenso entre os autores de que houve uma certa cronologia na passagem de um momento para outro” (2000, p. 262); e em “não é possível afirmar que houve uma ordem cronológica entre o primeiro momento (análise transfrástica) e as propostas de elaboração de gramáticas textuais” (2000, p. 265); o modo como apresenta o percurso histórico da LT permite a interpretação de que os estudos voltados à elaboração de uma teoria do texto – terceira fase – surgiram em virtude das inoperâncias do empreendimento das gramáticas textuais – segunda fase – que, por sua vez, iniciou-se em função da limitação no potencial explicativo dos estudos de análise transfrástica – primeira fase. O pressuposto subjacente a esse modo de contar a história da LT é o de que nas noções de texto de cada um desses momentos é possível reconhecer as marcas de um processo evolutivo, etapas de sucessivas (re)configurações – adições e reformulações teóricas – que ocorrem em função de momentos de ruptura com as fases vigentes, às vias de superar os desafios de pesquisa e de aumentar o potencial explicativo do objeto de estudo “texto”. Trata-se, nesse sentido, de uma entidade que muda ao longo do tempo. No vácuo desse pressuposto, há outro: na terceira fase, há uma concepção de texto “mais completa” (texto como processo), uma vez que o seu forjamento teria levado em conta as lacunas teórico-metodológicas das fases anteriores.

Do modo como a autora indica, por mais distintos que sejam em configurações teóricas e objetivos, os estudos da teoria do texto mantém uma conexão (mesmo que seja de descontinuidade) com os estudos transfrásticos. Esse argumento é tensionado quando colocado diante, por exemplo, do fato de que os atuais usos do termo “linguística do texto”, não necessariamente remontam a Coseriu (1979 [1955]), trabalho em que se encontra o primeiro uso, até onde sabemos, dessa expressão. Isso implica questionar a existência propriamente dita de um vínculo direto entre essas fases. Igualmente, o pressuposto de que uma concepção mais recente teria um maior potencial explicativo também parece não encontrar correlato no perfil epistemológico da LT, tanto porque a validade desse pressuposto depende da existência de uma

relação direta entre as noções de texto, quanto porque não há nada na estrutura interna dos quadros teóricos que permita aproximá-los em termos de hierarquia (qual quadro tem “mais potencial explicativo”). Se se assume que a LT aporta conceitos distintos de texto criados a partir de dados observacionais que não são necessariamente os mesmos, não é pertinente realizar, sob critério algum, um ranqueamento entre eles.

Mesmo que não seja a intenção da autora fazê-lo, Bentes (2000) assume nessa primeira seção a postura epistemológica que acaba levando para as demais partes do capítulo: ao tratar texto como uma entidade teórica sensível às intempéries do tempo e ao mobilizar essa noção sem permitir seu enquadramento numa moldura teórica específica – como em “tomar-se texto como unidade de análise no campo dos estudos da linguagem pode parecer pouco questionável, ou, mais ainda, constituir-se uma verdadeira necessidade” (Bentes, 2000, p. 261), ou em “o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado” (Bentes, 2000, p. 263) –, a autora adota uma perspectiva em que se vê texto como um objeto dado a priori, pronto para ser analisado. A consequência desse posicionamento é o que Borges Neto (2013) chama de naturalização do objeto teórico, o processo pelo qual as entidades teóricas são tratadas como se fossem os próprios fenômenos.

Nesse processo ignora-se que uma teoria constrói um objeto teórico que se sobrepõe ao objeto observacional e considera-se que as entidades teóricas atribuídas ao objeto constituem a própria realidade. É como se o linguista esquecesse que *palavra*, por exemplo, é uma entidade teórica (e que, portanto, resulta de um modo específico de olhar a realidade observável) e passasse a considerar que as *palavras* são entidades do próprio objeto observacional (entidades da realidade observável). Uma entidade teórica, como *palavra*, em princípio existente para uma teoria específica, passa a designar uma “coisa” do objeto observacional: uma “coisa” do mundo, existente para qualquer teoria que se debruce sobre o mesmo objeto observacional (Borges Neto, 2013, p. 2, grifos do autor).

Na segunda seção, intitulada *conceito de texto*, essa naturalização aparece, por exemplo, em “Considerar as condições de produção e de recepção dos textos significa, então, passar a encarar o texto não mais como uma estrutura acabada (produto), mas como parte das atividades mais globais de comunicação” (Bentes, 2000, p. 270). Nesse excerto, a autora assume que aspectos de natureza pragmática da atividade languageira – nesse caso, as condições de produção e de recepção dos textos – são atributos a priori daquilo que ela chama de texto. Na visada da LT como área de especialidade, esses aspectos são propriedades (entidades básicas, traços, características) que podem ou não ser privilegiadas no dado observacional, a depender do ponto

de vista através do qual o(a) analista põe em perspectiva o fato linguageiro. Encará-los como condição *sine qua non* do estatuto textual reforça a percepção de texto como objeto preexistente. Fazê-lo é encarar a entidade linguística que se nomeia “texto” tal como um biólogo encara a unidade que se nomeia “célula”: uma coisa que existe pronta no mundo real que precisa atender a uma série de critérios para ser concebido como tal (ter membrana plasmática, material genético, ter a capacidade de metabolizar e de reproduzir).

Igualmente, avaliar que um objeto teórico “perde” certas características e “ganha” outras é uma espécie de reconfiguração a posteriori de sua estrutura conceitual, que pode vir acompanhada de um juízo de valor: a “antiga” estrutura é ultrapassada em relação à “nova”. Trabalhos como o de Harweg, de Isenberg e de Weinrich, tomando-os tal como parafraseados por Bentes (2000), encaram texto como produto, e subentende-se do excerto de Bentes (2000, p. 27) que essa perspectiva “dá lugar” à de texto como processo, tendo em vista a consideração de aspectos extralinguísticos. Assumindo a ótica de Pinheiro *et al.* (2025), essa sobreposição de conceitos de texto não se mostra compatível com o fato de que o dado “condições de produção e de recepção textuais” não faz parte do objeto observacional originalmente loteado por esses autores, uma vez que o fenômeno empírico com o qual operam é a existência de relações estruturais da superfície linguística que não se explicam pelos conceitos criados para explicar as relações estruturais do interior da frase. A perspectiva segundo a qual a noção de texto como produto cede seu espaço a outra por não explicar aspectos de natureza pragmática da atividade linguística faz vista grossa ao fato de que dado observacional que os autores lotearam sequer privilegiava esse tipo de propriedade. Desse modo, eles são “punidos” por não dar respostas a perguntas que não fizeram.

No fim da segunda seção, Bentes (2000) afirma o seguinte:

Não poderíamos deixar de seguir a forma como Koch (1997), em seu último livro, finaliza o problema da conceituação da unidade ‘texto’. A autora não só apresenta a sua própria formulação sobre o que é um texto, mas também a formulação de mais outros dois autores. Ao fazer isso, sinaliza para o fato de que sempre teremos à nossa disposição mais de uma definição de texto ou daquilo que se postula ser o objeto da Linguística Textual, importando, então, escolher, aquelas que compartilhem pressupostos teóricos e que sejam passíveis de serem reconhecidas como estabelecendo relações de proximidade e complementariedade (Bentes, 2000, p. 271).

O raciocínio da autora nesse trecho se ancora em dois pressupostos: o de que a LT encara um problema epistemológico de conceptualização de seu objeto e o de que a solução desse

problema é a aproximação de teorias. Se analisado pelo viés que tenho assumido, é possível constatar que a pertinência desse problema está condicionada à concepção de texto como objeto natural: parte-se da premissa de que texto é um macrofenômeno dado, que aporta propriedades de distintas naturezas (linguística, discursiva, textual, cognitiva, cultural) e de que as diferentes teorias que o tomam para estudar estão postulando explicações para a mesma entidade, mas privilegiando propriedades (ou conjuntos de propriedades) diferentes, razão pela qual concebem diferentes noções de texto. Se deixada de lado a ideia de que o objeto de estudo da LT é um dado natural, reconhece-se que o problema de conceituação é, em última instância, fruto da tentativa de amalgamar um amplo conjunto de discussões sobre texto, mesmo que isso signifique integrar à fórceps as bases epistemológicas de estruturas conceituais que não são a princípio compatíveis entre si.

Igualmente, a tentativa de solucionar esse problema por meio da aproximação diferentes concepções de texto e, portanto, por meio da articulação de diferentes quadros teóricos, não conquista espaço dentro da perspectiva que compreende a LT como uma área de especialidade. A aproximação de modelos independentes é um experimento com risco de efeito rebote, pois pode gerar incongruências teóricas no conceito produto dessa integração. Borges Neto (1989, p. 58) sugere que a tentativa de compatibilizar duas (ou mais) teorias pode levar à incomensurabilidade de ambas, de modo que “não há a possibilidade de conceitos de uma teoria aparecerem na outra sem que os princípios de construção sejam violados”.

Por um lado, não pretendo debater a postura “integradora” que Koch, tal como retomada e compartilhada por Bentes (2000), assume frente ao objeto texto. Fazê-lo seria ingressar num movimento que não cabe neste artigo: o de questionar a validade epistemológica da concepção de texto forjada pela autora e por outros autore(a)s cujos conceitos de texto são assumidamente fruto do cotejamento de quadros teóricos distintos. Por outro lado, o fato de que Bentes (2000) dá preferência a esse tipo de objeto teórico no encerramento de uma seção que se chama *conceito de texto* dá brecha para notar uma secundarização tanto das noções de texto anteriormente apresentadas no capítulo quanto das noções de texto que não foram contempladas por Bentes (2000), mas que não são resultado da articulação de dois (ou mais) quadros teóricos. A orientação dada na finalização da segunda seção oferece subsídios para sugerir que Bentes (2000) privilegia uma linha de pensamento na qual a LT é entendida como uma “arqui-teoria” que aporta, em seu interior, distintos objetos teóricos, que podem ser mobilizados conjuntamente na explicação de um mesmo fenômeno.

Essa perspectiva de LT se materializa nas análises presentes na terceira seção do capítulo, intitulada *a construção dos sentidos do texto*, segmentada em a coerência textual e a coesão textual. Na primeira subseção, Bentes (2000) mobiliza conjuntamente trabalhos de Charolles e da dupla Beaugrande e Dressler, autores que, apesar de fazerem recurso ao mesmo termo “coerência”, vinculam-no a objetos teóricos distintos. Na visão da LT como área de especialidade, se texto não é um conceito dado a priori, isso também vale para as categorias analíticas (coesão, coerência, sentido, objeto de discurso). Adotar essa postura implica reconhecer, por exemplo, que a coerência de Charolles (2002) não é a mesma coerência de Beaugrande e Dressler (1997 [1981]). Enquanto Charolles (2002) a concebe como o julgamento teórico da boa formação textual, que aporta as metarregras da coerência (repetição, progressão temática, não-contradição e relação) como ferramentas de julgamento; Beaugrande e Dressler (1997 [1981]) a concebe como um dos fatores de textualidade, cuja análise envolve os conteúdos cognitivos (conceitos) que os usuários podem ativar ou recuperar mentalmente e os tipos de vínculos que (causalidade, possibilidade, temporalidade) que esses conteúdos estabelecem entre si. Essa distinção entre coerência como julgamento e coerência como fator de textualidade, na análise de Bentes (2000), não é declarada ou tácita, o que dá a impressão de que a existência de conceitos distintos vinculados a um mesmo termo representa um agregado de explicações sobre um mesmo fenômeno existente a priori.

Em síntese, ao recorrer à proposta de Pinheiro *et al.* (2025) e, no vácuo disso, ao perfil de LT como área de especialidade, verifica-se que a abordagem pela qual Bentes (2000) apresenta esse campo não contempla integralmente a complexidade que lhe é inerente, como se evidencia no corpo de conhecimentos que a fundamenta:

- o objeto de estudo da LT “texto” é uma propriedade natural do macrofenômeno linguagem, dado a priori, e que compreende aspectos de distintas naturezas e as diferentes propostas de estudo nesse campo estão olhando para esses aspectos;
- a trajetória da LT é marcada por uma sucessão de conceitos de texto, de modo que cada objeto teórico é forjado em função das limitações de seu antecessor: a cada novo “texto”, dá-se conta de mais aspectos;
- a LT em sua fase mais recente é uma teoria que aporta distintas abordagens, cujas explicações de fenômenos linguísticos que a populam podem ser tomadas em conjunto na explicação dos fenômenos;
- a complementariedade inerente às propostas atuais de estudo de texto autoriza o entrecruzamento de objetos teóricos na tarefa de oferecer explicações científicas sobre os

fenômenos linguísticos: as categorias analíticas pensadas para “texto”, num ponto de vista A, podem ser aplicadas para “texto”, num ponto de vista B;

- a complementariedade inerente às propostas atuais de estudo de texto é uma saída para solucionar o problema da conceptualização do objeto de estudo da LT.

3.2. *Linguística textual (Oliveira, 2008)*

Oliveira (2008) organiza o capítulo em três partes: na primeira, apresenta a LT como ramo de estudos e a noção de texto que a caracteriza; na segunda, apresenta um conceito de coesão; na terceira, apresenta um conceito de coerência.

A primeira parte é iniciada com a declaração de que o capítulo irá “tratar de um ramo dos estudos linguísticos que se caracteriza pelo escopo de sua investigação, pelo objeto que toma como unidade de foco analítico – o texto” (Oliveira, 2008, p. 184). Analisar essa afirmação através do prisma que sustento permite afirmar que o recurso à expressão “toma” abre espaço para pensar num gesto deliberado de escolha: a LT opta por trabalhar com texto, dentre outras possibilidades de objetos. Essa ideia permite evidenciar que a autora está tratando texto como objeto dado a priori, pronto, à espera de ser tomado para ser analisado.

Ainda na primeira parte, Oliveira (2008) – de modo análogo a Bentes (2000) – sugere que a conceptualização do objeto texto se dá em função da necessidade de superação dos limites e da extensão dos alcances dos objetos que foram, na cronologia dos estudos linguísticos, forjados anteriormente.

A linguística textual representa um momento em que se procura a superação do tratamento linguístico em termos de unidades menores – palavra, frase ou período – no entendimento de que as relações textuais são muito mais do que um somatório de itens ou sintagmas – nessa perspectiva dois mais dois é mais que quatro (Oliveira, 2008, p. 193).

Por não especificar o valor subjacente ao uso do termo “superação”, Oliveira (2008) pavimenta o terreno para seguinte reflexão: se se entende “superação” como a reconfiguração de uma estrutura conceitual às vias de aprimorar o seu potencial explicativo, é preciso atentar para o fato de que tal reconfiguração só é possível quando se mantém operando com o mesmo dado observacional. Nesse caso, a afirmação de que a LT “supera” o tratamento linguístico em termos de palavra, frase e período parece indicar que esses objetos teóricos (os da gramática tradicional e texto) compartilham da mesma região observacional.

Entretanto, não é esse o tipo de relação entre unidade gramatical e unidade textual que Halliday e Hasan (1976), por exemplo, estabelecem. No processo de formulação do seu conceito de texto, os autores reconhecem que o falante, no uso da linguagem, reconhece a diferença entre um todo unificado e uma sequência aleatória de enunciados. Frente a isso, defendem que essa unidade não se constitui pelos mesmos princípios das estruturas gramaticais (palavra, oração, sentença), baseadas na combinação hierárquica de unidades menores, mas pela relação de inferências que devem ser satisfeitas. Em *O homem se achava esperto, ele achou errado*, a expressão *ele* levanta uma inferência que é satisfeita por *O homem*. Tal propriedade, por sua recorrência e caráter necessário, é elevada ao estatuto teórico de texto, definido como “a unidade básica de significado da linguagem” (Halliday e Hasan, 1976, p. 25).

Diferentemente de Oliveira (2008), Halliday e Hasan (1976) lançam mão das unidades gramaticais de corte tradicional para marcar a diferença da natureza desses conceitos em relação a texto, sem abrir espaço para pensar que palavra, oração e sentença são conceitos esgotados. Nesse caso, tratam-se simplesmente de categorias que não são aplicáveis à explicação da noção de texto dos autores. Com isso em mente, é seguro afirmar que se a criação do conceito de texto como unidade básica de linguagem (Halliday e Hasan, 1976) não oblitera a existência dos conceitos de vertente tradicional, então o surgimento da LT não precisa partir da superação das pesquisas das perspectivas que cronologicamente a antecedem.

Ao final da primeira parte do capítulo, Oliveira (2008) comenta, à semelhança de Bentes (2000), a existência de um problema na conceitualização do objeto da LT: “Um dos maiores desafios para a linguística textual é exatamente definir seu objeto de análise – o texto” (2008, p. 193). Assim como Bentes (2000), Oliveira (2008) orienta que uma saída para a superação desse problema é operar com uma concepção de texto fruto de aproximações de distintos quadros teóricos. A autora, com isso em mente, elege a concepção de texto em sentido estrito de Fávero e Koch (1988 [1983]) para focalizar.

É lícito concluir, portanto, que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto, em sentido lato, designa [...] qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos [...] O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido estrito). Nesse sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, *entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência* (Fávero e Koch, 1988 [1983], p. 25, grifos nossos).

Em consonância com o postulado por Fávero e Koch (1988 [1983]), a segunda e a terceira partes do capítulo dão destaque às noções de coesão e coerência respectivamente, tomando-as como “as propriedades mais salientes e relevantes que têm sido apontadas em termos de textualidade, de acordo com Beaugrande e Dressler (1981)”. Analisar essa afirmação pelo ângulo da LT como área de especialidade permite interpretar que há uma valoração dos conceitos de coesão e de coerência em relação aos demais conceitos que populam a área. Esse tipo de ranqueamento, como já demonstrado, encontra dificuldades em se acomodar numa LT cuja configuração epistemológica não autoriza hierarquizar os quadros teóricos que se abrigam abaixo de seu selo.

Além disso, levando em consideração a referência à dupla de linguistas e o destaque à concepção de textualidade, que ocupa um lugar central no quadro desenhado por Beaugrande e Dressler (1997 [1981]), espera-se os postulados dos autores acerca de coesão e coerência marquem presença na paráfrase de Oliveira (2008). Contudo, o que de fato ocorre na segunda parte do capítulo é a apresentação do conceito de coesão tal qual pensado em Halliday e Hasan (1976), um trabalho fundador que aporta uma noção de coesão – e de texto – distinta da de Beaugrande e Dressler (1997 [1981]). Ocorre em Oliveira (2008) portanto, o mesmo que em Bentes (2000): assume-se uma concepção “integradora” de texto e, por isso, articulam-se de forma conjunta conceitos distintos vinculados aos mesmos termos – no caso de Bentes (2000), “coerência”, e no caso de Oliveira (2008), “coesão”.

Coesão, para Halliday e Hasan (1976), é o processo de estabelecimento de relação entre as partes do texto entendido como unidade básica da linguagem e compreende cinco tipos: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. Coesão, para Beaugrande e Dressler (1997 [1981]), tem um outro valor teórico, afinal, o objeto observacional a partir do qual forjam o seu objeto teórico “texto” é outro. A dupla de autores reconhece que dados de uso da linguagem em distintas situações comunicativas – placas de trânsito, artigos jornalísticos, canções de ninar, conversações, poemas – apresentam condições mínimas de integralidade, tanto de ordem linguística quanto de ordem pragmática. Para dar conta desse recorte observacional, Beaugrande e Dressler (1997 [1981], p. 35) concebem texto como “um evento comunicativo que cumpre sete normas de textualidade”. São elas a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionabilidade e a intertextualidade. Junto à coerência, a coesão forma a dupla de normas que regem a organização das relações superficiais da materialidade textual.

Enquanto a coerência prevê, como já apresentado, as possibilidades de relação entre os conceitos subjacentes à superfície textual, a coesão prevê as possibilidades de conexão entre os componentes dessa superfície. Se em uma placa deparamo-nos com o dado *Crianças brincando. Devagar!* reconhece-se como fato de coesão, por exemplo, a disposição dos termos na linearidade textual, uma vez que alterar a ordem dos termos – para *Crianças devagar. Brincando!* – implicaria uma deterioração na continuidade dos elementos que a integram.

Em Oliveira (2008), no entanto, essa distinção entre coesão para Halliday e Hasan (1976) e coesão para Beaugrande e Dressler (1997 [1981]) não é recuperada, afinal, anuncia que operará com um quadro teórico, mas acaba fazendo recurso ao outro. Além disso, nessa mesma seção, há a ausência completa de um quadro subjacente ao tratamento de coerência. A autora filia a noção de coerência aos conceitos de domínios linguístico, pragmático e extralinguístico, mas não apresenta nenhuma citação bibliográfica para balizá-los. Poder-se-ia pensar, a princípio, que a base teórica na qual Oliveira (2008) se sustenta é a de Beaugrande e Dressler (1997 [1981]), como a autora assume que faria na seção anterior. Esses conceitos (domínios linguístico, pragmático e extralinguístico), no entanto, não marcam presença como objetos teóricos no quadro proposto pelos autores, até onde se sabe. Com isso em mente, operar com um categoria analítica sem enquadrá-la num desenho teórico específico cria uma abertura para reconhecer um processo de naturalização, através do qual coerência é visto um aspecto constitutivo, a priori, do texto.

Em síntese, Oliveira (2008) e Bentes (2000) conservam muitas semelhanças no que diz respeito ao tratamento da LT. Igualmente, o capítulo acaba não dando conta de representar a complexidade que marca esse campo, uma vez que o corpo de conhecimentos que o fundamenta não encontra espaço na visão da LT como área de especialidade:

- o surgimento da LT como ramo de estudos se deu em função da necessidade superação de categorias analíticas como palavra, frase, oração;
- a característica definidora da LT como ramo de estudos é o gesto de escolha de “texto”, como objeto de natureza apriorística, “tomado” para ser analisado;
- o gesto de adotar conceito de texto que reúne em sua estrutura conceitual traços teóricos de outros conceitos de texto é uma saída válida para solucionar o problema da conceptualização do objeto de estudo da LT.
- uma concepção “integradora” de texto permite mobilizar conjuntamente conceitos distintos vinculados à mesma terminologia.

- coesão e coerência são propriedades mais salientes e relevantes, em termos de textualidade, quando se fala de análise textual.

3.3. Abordagem do texto (Tatit, 2002)

Na introdução do manual intitulado *Introdução à linguística: objetos teóricos*, Fiorin (2002) apresenta um preâmbulo de cada um dos capítulos e, ao introduzir o de Tatit (2002), intitulado *Abordagem do texto*, afirma que fenômeno focalizado é o uso, que será tratado numa vertente específica, a da Semiótica francesa greimasiana. Fiorin (2002) também deixa claro que operar com essa teoria e não com outra é, sobretudo, um gesto de escolha, afinal “nem todas as teorias que tratam de um dado foram contempladas [...] na abordagem discursiva, escolheu-se a Semiótica francesa. Poder-se-iam escolher outras teorias, como a Análise do Discurso de linha francesa ou a Análise Crítica do Discurso” (2002, p. 8).

A proposta de Tatit (2002) é, portanto, a que mais se distancia da de Bentes (2000) e de Oliveira (2008). Enquanto as autoras se propõem a conduzir discussões globais acerca da natureza da LT, à medida em que a tomam como um empreendimento de longa trajetória ou como um ramo de estudos, Tatit (2002) delimita um quadro teórico específico que contém em seu desenho uma concepção de texto e se propõe a apresentá-lo. Essa proposta, no entanto, aporta a seguinte problemática: como Tatit (2002) mobiliza exclusivamente a Semiótica greimasiana num capítulo de manual intitulado *Abordagem do texto*, então, ele abre espaço para inferir que essa teoria é a abordagem do texto quando, na perspectiva adotada nesta análise, ela é uma das abordagens do texto.

Outro apontamento que pode ser realizado diz respeito à afirmação de que “A passagem do estudo das frases ao estudo dos textos requer significativa mudança de enfoque” (Tatit, 2000, p. 187). A expressão “passagem”, na posição que sustento, pertence ao mesmo paradigma da expressão “superação”, usada por Oliveira (2008), onde também se encaixam construções como “deixa de ser visto como [...] para ser visto como [...]”, usadas em Bentes (2000). De um modo geral essas expressões/construções permitem conjecturar que o conceito foi ultrapassado/superado porque foi analisado o suficiente a ponto de sofrer uma espécie de “saturação teórica”, estado que demanda que outro conceito tome o seu lugar. Esse modo de encarar o forjamento dos objetos é, por sua vez, um indicativo da naturalização dos conceitos presentes no interior da estrutura conceitual da Semiótica discursiva. Isso é visível, por exemplo, quando Tatit (2002, p. 187) afirma que “há um modo [...] de conceber a frase que despertou a

atenção de linguísticas dos anos 1960 para a existência de um denominador comum entre as noções de frase e texto”. Nesse caso, o autor parte da premissa que há uma intersecção entre um conceito de frase e um conceito de texto, no entanto, como não explicita o quadro teórico ao qual esses objetos se filiam, tanto frase como texto são tratados como fenômenos preexistentes.

De um modo geral, a paráfrase da Semiótica discursiva por Tatit (2002) se atém aos princípios desse quadro teórico. Tatit (2002) explicita que o lexicólogo lituano Algirdas J. Greimas concebe texto como entidade semiótica organizada em estratos de sentido e cujas unidades que o compõe desempenham papéis narrativos, de modo que essas “unidades manifestadas na superfície do texto seriam elementos já ‘enriquecidos’, provenientes da articulação entre categorias mais simples e abstratas localizadas em patamares mais profundos que só o procedimento descritivo pode revelar” (Tatit, 2002, p. 188). Em consonância com essa concepção de texto, o resto do capítulo se preocupa em introduzir os princípios teóricos base da semiótica discursiva francesa, a saber, as noções de embreagem e debreagem discursivas, níveis narrativo e discursivo do texto, nível profundo do texto, manipulação, ação e sanção.

Em síntese, Tatit (2002) representa uma abordagem distinta da verificada em Bentes (2000) e Oliveira (2008), mas que, igualmente, não alcança a complexidade que caracteriza a LT, conforme se depreende dos saberes que lhe subjazem:

- a Semiótica discursiva greimasiana é a abordagem do texto à qual o título do capítulo faz referência;
- a construção da Semiótica discursiva greimasiana como abordagem teve como ponto de partida o esgotamento teórico de outras categorias teóricas, como a frase.

4. Considerações finais

Neste artigo, recorro à discussão presente em Pinheiro *et al.* (2025) para explorar o tratamento que é dado à LT numa amostra de três capítulos de manuais de linguística brasileiro. Com base na análise guiada pela visão de que a LT como uma área de especialidade que reúne quadros teóricos distintos, que não necessariamente explicam os mesmos fenômenos e, por isso, não necessariamente relacionam-se entre si, é possível identificar nos capítulos de manuais duas abordagens distintas de apresentação desse campo.

Bentes (2000) e Oliveira (2008) representam a abordagem na qual se toma a LT em seu todo, na intenção de delimitar um conceito de texto principal (em ambos os casos uma concepção

“integradora”) e de demonstrar a sua operacionalização em termos de análise, focalizando coesão e coerência. Ao fazê-lo, inevitavelmente incorrem no gesto de justificar uma concepção de texto em detrimento de outras, marginalizando-as. Contraditoriamente, Bentes (2000) e Oliveira (2008) operam, sobretudo nos momentos de análise, com concepções de quadros teóricos que não necessariamente compartilham princípios básicos com a concepção de texto eleita. A concepção de coesão de Halliday e Hasan (1976), por exemplo, é fruto de uma concepção de texto (unidade de uso de linguagem) cujos contornos epistemológicos não são exatamente os mesmos que conceito de Koch tal qual retomado por Bentes (2000) ou que o conceito de Fávero e Koch tal qual retomado por Oliveira (2008). Isso, no entanto, não impede que as autoras engajem na integração entre essas concepções de texto. Tatit (2002), por sua vez, representa a outra abordagem de apresentação da LT, porque localiza a paráfrase em um quadro teórico específico. Ao fazê-lo, no entanto, acaba não recuperando o fato de que a Semiótica greimasiana é um dentre outros quadros teóricos que povoam os estudos textuais.

De uma forma ou de outra, ambas as abordagens deixam de explicitar (mesmo que não intencionalmente) a complexidade da LT, principalmente porque estão impregnadas com a premissa que os objetos de estudo da ciência da linguagem existem a priori. Essa realidade aponta para um problema na formação teórica do alunado que entra em contato com esses capítulos: um(a) aluno(a) que é apresentado à LT via Bentes (2000) ou Oliveira (2008) conhece um campo completamente distinto daquele(a) aluno(a) que lê Tatit (2002).

Um cenário como esse acarreta uma fragmentação no contato com o conhecimento sobre a LT. Ao serem apresentados a visões distintas sem a devida contextualização acerca do perfil epistemológico da LT, o(a)s estudantes correm o risco de desenvolver uma visão incompleta ou distorcida do campo. Igualmente, o modo como se desenha a LT nesses capítulos pode dar a impressão de que há uma aparente homogeneidade nesse campo (apesar, por exemplo, da suposta dificuldade de definição de seu objeto).

Isso aponta para a urgência de repensar a maneira como a LT é apresentada em alguns desses materiais didáticos, afinal, a explicação didática não pode se sobrepor à fidelidade epistemológica. Uma simplificação às vias de didatização corre o risco de violar as fronteiras conceituais entre as abordagens, o que pode levar o(a) estudante a naturalizar os objetos teóricos e a desconsiderar as incompatibilidades que definem o perfil heterogêneo da área.

A tarefa não é simples: tomar a LT como objeto de ensino demanda encontrar o equilíbrio entre fornecer ao alunado uma fundamentação teórica sólida sobre esse campo e, ao mesmo

tempo, torná-lo ciente de que essa fundamentação se assenta sobre um terreno epistemológico heterogêneo. Em outras palavras, trata-se de como ensinar o corpo de conhecimentos da LT sem colocar para debaixo do tapete a complexidade que lhe é própria.

A meu ver, um encaminhamento plausível frente a essa realidade e que se alinha ao marco epistemológico que defendi neste artigo é reavaliar o pressuposto de que a LT possui um objeto natural dado que está apenas à espera de ser definido e explicado por diferentes teorias. Em vez disso, recorro novamente ao pai da Linguística para sugerir a postura que ele adota no *Cours de Linguistique Générale* como a mais compatível diante da realidade epistemológica da LT: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 2006 [1916], p. 39). Ao tornar essa atitude explícita em materiais que operam com uma noção de texto específica, evita-se o risco de legitimar a ideia de que o ponto de vista que forjou aquele conceito é anterior ou superior a outros. Outro encaminhamento possível é dar lugar a uma apresentação dos quadros teóricos que não ocorra de forma integradora ou conciliadora, mas, em alguma medida, contrastiva. Introduzir as propostas dos trabalhos fundadores por um viés de “salvaguarda teórica” é familiarizar o alunado com os alcances das análises linguísticas que preconizam, ao mesmo tempo em que se evidencia as incompatibilidades entre os marcos teóricos.

Por fim, não é minha intenção agir como um iconoclasta frente à imagem dos manuais como materiais de consulta consolidados, pelo contrário, retorno a esses trabalhos já bem estabelecidos na intenção de atualizá-los e de assegurar que cumpram com sua finalidade: ensinar Linguística.

Referências

- BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto*. Versión española y estudio preliminar de Sebastián Bonilla. Barcelona: Ariel, 1997 [1981].
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- BORGES NETO, J. A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias. *Letras*, Curitiba, n. 38, p. 43-66, 1989.
- BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORGES NETO, J. *A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar*. Trabalho apresentado no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, 2013.

COSERIU, E. Determinação e Entorno: dois problemas de uma Linguística do Falar. In: COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979 [1955].

CHAROLLES M. Introdução aos problemas de coerência dos textos (abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas). In: GALVES, C. et al. *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 2002.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1988 [1983].

FELTES, H. P. de M. A linguística textual e suas interfaces. *REVELLI*, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2011. p. 2.

FIORIN, J. L. Prefácio. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.

KOCH, I. V. A possibilidade de intercâmbio entre a Linguística Textual e o ensino de língua materna. *Veredas*, v. 5, n. 2, jul./dez. 2003.

KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. *Alfa*, v. 46, n. 2, p. 91-111, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MARCUSCHI, L.A. *Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

OLIVEIRA, M. R. de. Linguística Textual. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINHEIRO, C.; LIMA, M.P.S.; NOGUEIRA, S. R. S.; ANANIAS, T. C. O problema da diversidade teórica em torno do texto. In: FERREIRA, H. M.; DIAS, J.; DIAS, F. L. de C. (Org.). *Linguística textual: dimensões linguísticas, semióticas e discursivas*. São Paulo: Parábola, 2025.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SAUSSURE, F. *Escritos de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2004 [2002].

SILVA, J. A. da; DANTAS, L. M. A progressão referencial como fator de textualidade em textos de alunos do ensino fundamental II. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 10, p. 1.779-1.793, out. 2021.

TATIT, L. A abordagem do texto. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.